

## RESPOSTA ESPERADA PRELIMINAR DA PROVA DISCURSIVA

Concurso Público para provimento dos cargos efetivos do quadro de pessoal do Município de Posse-GO.

### CARGO: Executor Administrativo

#### Questão 01

Para assegurar o cumprimento efetivo do princípio da transparência pública, o município de Posse deve adotar uma série de medidas tanto de transparência ativa quanto passiva.

No que diz respeito à transparência ativa, é crucial que o município implemente um portal de transparência online abrangente, fornecendo informações detalhadas sobre o orçamento municipal, despesas, receitas, contratos, licitações, salários dos servidores e outros dados relevantes. Além disso, é importante que o governo municipal publique regularmente relatórios sobre suas atividades, incluindo relatórios financeiros, de gestão, de gestão orçamentária (RGF) e de execução orçamentária (RREO), garantindo que esses documentos estejam atualizados e sejam facilmente acessíveis ao público. Campanhas de conscientização devem ser realizadas para informar os cidadãos sobre a existência e a importância do portal de transparência, incentivando uma participação cidadã mais ativa.

No que se refere à transparência passiva, é essencial que o município estabeleça procedimentos claros e eficientes para lidar com solicitações de informações dos cidadãos de acordo com a legislação de acesso à informação. Isso inclui a utilização de canais como o Sistema de Informação ao Cidadão (SIC) e e-SIC, garantindo que as respostas sejam completas, verídicas e fornecidas dentro dos prazos estabelecidos. A criação de uma ouvidoria pública também é fundamental para receber e processar reclamações, sugestões, denúncias e solicitações de informação dos cidadãos, garantindo uma resposta rápida e transparente a essas demandas. Além disso, é importante promover a capacitação contínua dos servidores públicos sobre as leis e regulamentos relacionados à transparência e acesso à informação, garantindo que estejam preparados para lidar adequadamente com solicitações e demandas dos cidadãos.

**Goiânia, 16 de agosto de 2024.**